

Ana Carolina Eiras Coelho Soares

Universidade Federal de Goiás

hanaakif@hotmail.com

As mulheres afinal têm história? Uma trajetória profissional e acadêmica

Estudar história nem sempre foi o meu objetivo. Lembro-me de que pensei inicialmente em arqueologia quando criança. Culpa dos filmes de Indiana Jones. Mas a criança que virou mulher entendeu que a história seria o melhor caminho para compreender os meandros da vida cotidiana do mundo do passado. E teria que ser na UERJ, pois lá, por vários motivos, era a minha “casa”. Meus pais eram professores de lá e, minha mãe grávida de mim pretendia defender seu mestrado na data em que nasci. Teve que adiar. Eu fui sua defesa. Meses depois, ela defendeu sua dissertação e eu continuei a crescer em meio a livros e papéis. As rampas da UERJ foram muitas vezes – e, perigosamente – minhas aliadas de brincadeiras de corrida; eu sempre soube que um dia ali estudaria. Ali me graduei no bacharelado, na licenciatura, no mestrado e no doutorado em História. Sou uma filha da casa com muito orgulho, pois a UERJ é uma instituição de peso e respeito!

Nos contos que lemos quando crianças toda história tem um início. Mas em História nem sempre esse início é um ponto claro e preciso do “Era uma vez...”. Biografar interesses de pesquisa talvez seja um exercício pessoal de compreensão da noção de processo. Não há um porquê inicial, mas uma confluência de dúvidas, angústias e questionamentos que aos poucos se tornam o “objeto de pesquisa”. Assim, em retrospectiva de minha própria história, observo minha preocupação com a pergunta que intitula o curso oferecido em 1973 por Michele Perrot, Pauline Schmitt e Fabienne Bock, no bojo dos movimentos feministas e das mudanças promovidas nessa década nos pontos de vista, objetos e pesquisas desenvolvidas no âmbito acadêmico: “As mulheres têm uma história?”

Minha inserção no mundo acadêmico aconteceu numa geração na qual tal questionamento já havia se tornado um campo consolidado de pesquisa. A História das Mulheres, aos poucos, no Brasil, aliou-se ao conceito de Gênero, ampliando os horizontes de análise ao incorporar os aspectos relacionais entre os femininos e os masculinos. Ao insistir no caráter cultural, social e histórico da construção da feminilidade e da masculinidade, essa historiografia visibilizou para mim possibilidades de respostas para outro questionamento, título de obra homônima de Monserrat Moreno: *Como se ensina a ser menina?*,¹ ou seja, quais elementos, discursos, ações e práticas que, em nossa sociedade, definem os contornos da feminilidade e, em análise relacional, da masculinidade.

¹ MONTSERRAT, Moreno. *Como se Ensina a Ser Menina*. O sexismo na escola. São Paulo/Campinas: Moderna/EdUNICAMP, 1999.

Acredito que tal desafio de pesquisa acabe por conduzir-nos a novas fontes de estudos, novas perguntas e novas pesquisas. Um bom e produtivo ciclo de inquietações e respostas, instigante e motivador.

Nos últimos anos, este tem sido meu foco de pesquisa: Quais os discursos que normatizam e definem os limites sociais dos gêneros? Minha escolha de fontes situou-se entre as páginas da literatura, das revistas e dos jornais voltados para o público feminino da segunda metade do Império Brasileiro e das primeiras décadas da República. Tempo privilegiado de mudanças nas sociabilidades urbanas e pleno de discursos médicos, científicos, literários e jornalísticos buscando regular esses novos ares da “civilização” e do “progresso” material e tecnológico, percebido especialmente na capital do país. No meio das páginas impressas, deparei-me com a necessidade de perscrutar as folhas da normatização jurídica: o Código Civil de 1916.² Senti-me compelida a entender as regras sociais formais jurídicas e penso em como tais leis são produto de diálogo social, ao mesmo tempo em que formam nossas “conversas” e limites para as/os cidadãs/cidadãos.

Após setenta anos de discussões e projetos, essas leis representavam os limites e espaços jurídicos possíveis entre os direitos e deveres sociais do homem e da mulher. Leis construídas por pessoas, imbuídas dos valores e da moral de uma época a respeito dos comportamentos socialmente aceitáveis para os gêneros. Discursos reguladores que “ensinavam”, através de concessões ou impedimentos legais, os contornos sociais do feminino e do masculino.

O desafio de estudar o Código Civil de 1916 foi auxiliado pelas fontes que já conhecia e, por isso, me sentia “em casa” – como um contraponto discursivo para compreender até que ponto tais valores morais expressos nas leis encontravam ressonância social, especialmente no que tange à construção do feminino em sociedade. Nesse sentido, debruicei-me novamente sobre o discurso da imprensa através de uma revista cujo nome sugestivo já deixa claro para qual público se dirige: *Revista Feminina*. Tal publicação foi um enorme sucesso editorial nas primeiras décadas do século XX, chegando à marca de 25 mil exemplares vendidos no início da década de vinte. Uma revista que pretendia escrever sobre os interesses ditos femininos e que era amplamente consumida por diversas leitoras, se considerarmos que nesse período os índices de analfabetismo ainda eram imensos em nosso país.

Discursos sobre as mulheres, discursos feitos por mulheres. Falas que ensinam e produzem subjetividades. Falas imbuídas das sensibilidades de uma época a respeito dos gêneros.³ Falas que precisam ser historicizadas, pensadas e questionadas, pois impõem limites que parecem naturais, mas que são produzidos e reproduzidos no cotidiano. Repletos de inícios possíveis, os discursos sobre os gêneros são trajetórias fundamentais para a compreensão de nossa história. Uma história feita de homens e mulheres e de ideias sobre como tais gêneros devem se comportar, pensar, sentir e viver, cujos contornos são culturais e históricos e, portanto, mutáveis. As mulheres afinal possuem HISTÓRIA e são hoje objeto e sujeito das HISTÓRIAS subjetivas de grande parte do universo acadêmico da História.

Na graduação tiveram espaço nas páginas de *Lucíola* de José de Alencar⁴ que se desdobram no mestrado entre a página de Alencar e seus romances urbanos⁵ e *O Jornal das Famílias* e *O Jornal das*

² Código Civil de 1916. CD-ROM do Senado Federal.

³ ERTZOGUE, Marina; PARENTE, Temis Gomes. *História e Sensibilidade*. Brasília: Paralelo, 2006.

⁴ ALENCAR, José de. *Lucíola*. São Paulo: Ática, s/d.

⁵ ALENCAR, José de. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1960, 4v.

Senhoras no século XIX. O doutorado tem o seu lugar e o seu momento com as fontes: a *Revista Feminina*⁶ e o Código Civil de 1916.

A invenção da imprensa provocou uma verdadeira revolução para a humanidade ao proporcionar um novo tipo de comunicação de ideias e informações. A possibilidade de documentar tais dados em meios impressos em larga escala permitiu aos historiadores a pesquisa baseada em um tipo de fonte documental sem a qual seria muito difícil perscrutar o momento vivido pelos homens em outras épocas. Os estudos de periódicos e da literatura são de grande importância como contribuição para uma maior e melhor compreensão da sociedade que os produz, pois refletem suas perspectivas, ansiedades, realizações, seus medos e projetos.

É no início do século XIX, em 1808, que começa a história da imprensa periódica no Brasil. Antes dessa data só se tem notícia de alguns impressos volantes que circulavam pela então colônia portuguesa. Nesse século houve uma rica proliferação de jornais que abordavam os mais diversos assuntos e opiniões, em decorrência da relativa liberdade de imprensa que havia na época.

Nas últimas quatro décadas, observa-se que o campo de atuação dos historiadores tem sido repensado e revisto com o objetivo de melhor aproveitar uma crescente de abordagens e objetos. Os jornais então passaram a ser percebidos como um espaço dinâmico de articulação e reflexão dos eventos vivenciados. Essa posição se diferencia do conceito anterior que percebia tais eventos como “fatos historicamente verdadeiros” apenas por estarem registrados em um suporte físico, o jornal. O simples fato de estarem registrados não garante veracidade aos eventos, portanto, os meios de comunicação estão intrinsecamente relacionados com a complexidade dos contextos históricos que relatam.

No trabalho com periódicos, faz-se necessário estudar vários aspectos: os registros das notícias, os editores e para quem eles direcionam suas publicações. A seleção das ideias, a própria disposição gráfica e o tipo são algumas “pistas” importantes tanto sobre os produtores quanto sobre os leitores de tais publicações. Desse modo, observamos que toda escrita traz em si certa intencionalidade e que qualquer leitura pode ser interpretada de diversas maneiras, transformando as publicações da imprensa em fontes de análise para a história de toda a dinâmica da sociedade.

Trabalhar com a imprensa é algo que traz o foco para questões metodológicas interessantes. Proponho-me aqui a descrever de forma sucinta algumas possibilidades de metodologia de análise de documentação. A primeira providência a ser tomada é a definição do perfil tanto do corpo editorial quanto, em relação dialógica, do público leitor. Uma das pistas interessantes no processo de pesquisa são as manchetes centrais que se revelam através dos temas abordados e do tipo de linguagem utilizada. Nelas geralmente percebemos qual é a seleção que a publicação faz do tipo de reportagem que se propõe a realizar, qual o tipo de assunto que atrai seu público leitor e a definição da proposta de trabalho do corpo editorial.

As divisões das colunas tanto por tópicos como por espaço físico cedido,⁷ o número de anos em que esteve ou está em circulação e a sua periodicidade também são fatores importantes a serem levados em conta no momento da elaboração do perfil do periódico que se está estudando. Uma vez montado esse

⁶ *Revista Feminina*, 1916 a 1925. Disponível na Fundação Biblioteca Nacional, Seção de Periódicos.

⁷ Por exemplo, se a seção X ocupa cinco linhas e a Y trinta linhas, e essa situação se repete a cada publicação pesquisada, supõe-se que o corpo editorial dê maior relevância para o tema da seção Y, assim como o público leitor. A aceitação do público é a chave para a repetição do padrão, assim como o padrão é criado a partir de uma determinada proposta para atrair esse público pré-determinado. A observância desses pequenos dados auxilia para que se tenha maior consciência dessa relação entre a produção e os receptores/leitores de extrema importância para uma pesquisa.

padrão, o pesquisador tem inúmeras possibilidades de uso do material a ser estudado. A primeira delas seria uma análise quantitativa para definir a frequência com que um tema específico foi abordado. A segunda seria uma análise qualitativa com o fim de verificar os tratamentos dispensados ao mesmo tema e os aspectos internos do discurso, tais como: a análise da linguagem, as vertentes argumentativas, como também os aspectos externos que seriam a disposição e a diagramação do texto. Um outro aspecto que o pesquisador deve interpretar utilizando as metodologias citadas são as mensagens iconográficas, que não apenas complementam a parte textual como compõem, muitas vezes, uma parte autônoma imbuída de significações simbólicas. A combinação das análises do texto com a das figuras impressas pode tornar a pesquisa muito mais completa e detalhada.

Não é minha intenção aqui apresentar um guia metodológico para análise de periódicos, mas sim demonstrar de modo amplo algumas formas de utilização dessa documentação como fonte de análise de uma sociedade. Sem dúvida alguma, se um periódico foi fundado e circulou em um determinado grupo social durante certo tempo, pode-se considerar que havia um grupo de pessoas, seja o corpo editorial ou o público leitor, que compartilhavam ideias semelhantes e se preocupavam com as temáticas publicadas nele. Mas, para que o pesquisador não proceda de uma forma assistemática e idiossincrática que o leve a conclusões equivocadas é imprescindível que ele adote um método científico adequado às pesquisas que pretende desenvolver. O método é apenas uma ferramenta, mas serve para tornar mais preciso, fluido e tranquilo o decorrer de seu trabalho permitindo que os objetivos de sua pesquisa sejam alcançados de forma satisfatória. O estudo de jornais e periódicos é de grande importância como contribuição para uma maior e melhor compreensão da sociedade que o produz. Reflete suas perspectivas, medos, ansiedades, realizações e projetos, bem como quais assuntos merecem destaque e quais discussões são silenciadas, além de se poder perceber o tratamento dado aos diversos temas.

Os jornais e periódicos se tornaram para os historiadores fundamentais para o estudo dos discursos produzidos e considerados relevantes em diversos momentos históricos de um determinado local, mas deve-se ter em mente que a divisão regional muitas vezes modifica radicalmente as notícias veiculadas e, aquilo que se supunha de um alcance nacional, pode ser apenas uma preocupação regional ou, mais especificamente, de uma comunidade em particular.⁸ É necessário estar atento e sempre questionar o discurso analisado, e se possível, efetuar uma comparação com outra publicação de semelhante padrão de corpo editorial e de público leitor.

O papel da mídia é selecionar o que virá a ser um acontecimento registrado. Portanto, o historiador/pesquisador deve ter sempre em mente que qualquer publicação passa por um processo de seleção, hierarquização e silêncio a respeito dos eventos cotidianos, que lhes atribui maior ou menor importância, de acordo com a sua própria linha editorial. A história e a imprensa são, portanto, campos entrelaçados onde a primeira não deve tomar a segunda como uma verdade absoluta, mas sobretudo como um espaço de interação das diversas forças atuantes na sociedade – cultural, política e econômica – através de uma relação ativa entre o evento acontecido e a construção da notícia. A ideia de que o casamento era um lugar de prudência se espalha como um espaço, fonte preferida para os escândalos: afinal, se nele se consolida o amor, nele também se perpetuam as noções de desafetos e de infelicidades e de indiscrições! Era preciso que, uma vez casados, os cônjuges tomassem especial cuidado com suas condutas no lar para manterem as aparências – em especial as mulheres – e que mantivessem o lar unido,

⁸ CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

feliz e amoroso. Era, portanto, a sabedoria das mulheres e seu conhecimento a respeito da manutenção do casamento e de suas normas que fariam da casa um espaço de felicidade e do lar um lugar ideal para o florescimento do amor e da alegria conjugal.

Nesse sentido, casamento e família são elementos pensados nas fontes e utilizados como parâmetros para analisar o que representavam esses conceitos na vivência e nas sensibilidades das pessoas do início do século XX. Podemos pensar também no significado da noção oposta: o desquite, que trás inovação e conquista do novo código. Esse novo modelo se constrói e passa a fazer parte do universo comportamental das relações dos gêneros e, nesses espaços femininos de reivindicação, tem o seu lugar e o seu momento em ambas as fontes: nas letras jurídicas pelos limites impostos passíveis de sanções legais; nas revistas pela possibilidade de reprovação moral e social.

O Código Civil de 1916 vigorou até 2002, quando sofreu pequenas reformas, mantendo o cerne de sua criação. Heranças e continuidades, repletas de rupturas ao longo do percurso, mas que precisam ser repensadas e ressignificadas por homens e mulheres.

Nas páginas da imprensa e nas páginas jurídicas daquela época, encontro muito daquilo que até hoje se ensina para mulheres e homens. **Quem somos na sociedade e por que devemos nos comportar de tal maneira para sermos aceitos** seriam meus grandes questionamentos. As rupturas são ponto de colisão do discurso da conservação dos costumes e da necessidade e/ou possibilidade de transgressão. Mas ainda assim, por serem rupturas funcionam como elementos para a compreensão das continuidades e das permanências de nossa sociedade.

Datam do início do século XX os primeiros movimentos na tentativa de emancipação feminina.⁹ Não que a emancipação tenha sido alcançada, mas as árduas tentativas pro-feminismo da época foram consideradas uma grande mudança para a mulher na sociedade. De certo modo, tal mudança veio acompanhada de um discurso de permanência: a mulher deveria se emancipar para não ficar ociosa e ser frívola. A inteligência feminina deveria ser aproveitada para torná-la ocupada, mas com o propósito apenas de concentrá-la em “interesses gerais”.

Segundo Peter Gay,¹⁰ parte da dinâmica dos relacionamentos depende da aprovação do outro. Mediante tal aprovação moldaríamos nossas atitudes e reprimiríamos nossos impulsos iniciais que pudessem comprometê-la. Considerando essa lógica, os comportamentos socialmente aceitos devem ser constantemente reforçados para que se mantenham e, mesmo as mudanças, devem acompanhar uma lógica que justifique a conservação do lugar social da aceitação.

Desse modo, a dinâmica relacional dos gêneros se constrói dentro da historicidade da vida de homens e mulheres e de maneiras e critérios definidos para o estabelecimento da convivência em sociedade. Portanto, as relações de gênero podem e devem ser historicamente repensadas a partir das sensibilidades construídas na história.

Para Alan Corbin, o historiador das sensibilidades toma como ponto de partida a maneira como as pessoas se representam, em distintos momentos da história, cabendo-lhes interpretar a coerência, as conexões dessas representações em seu universo.¹¹

⁹ HAHNER, June E. *A mulher no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

¹⁰ GAY, Peter. *A Educação dos Sentidos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

¹¹ ERTZOGUE, Marina; PARENTE, Temis Gomes. *História e Sensibilidade*. Brasília: Paralelo, 2006, p. 17.

Algumas mudanças nos anos vinte foram sendo realizadas enquanto alguns discursos reforçavam conceitos visando à manutenção de papéis tais como se conheciam nas épocas colonial e imperial. À mulher cabiam apenas as obrigações domésticas, sendo social e juridicamente subordinada ao poder masculino – portanto, discursos conservadores dos papéis sociais dos gêneros.¹² Nos anos de 1920, a *Revista Feminina* começou a estimular debates sobre temas raramente citados pela imprensa feminina do século anterior, tais como divórcio¹³ e assassinato de mulheres, muitas vezes cometidos por parentes e entes queridos e próximos.

O divórcio trouxe muita celeuma, aparecendo como um instrumento jurídico condenável e deplorável que só viria trazer a desgraça da mulher decente que ousasse utilizá-lo. Mas a imprensa não negava sua existência, e, ao debater tal assunto com certa regularidade, aponta para o fato de que era um recurso utilizado por várias mulheres, embora ainda de maneira tímida.

Vale ressaltar que, no Brasil, uma legislação reguladora do divórcio surgiria somente em 1977. Até então, a única possibilidade legal de separação era através do desquite, no qual apenas a sociedade conjugal era extinta, pondo fim aos deveres de coabitação, fidelidade e ao regime de bens. O findar do vínculo conjugal estabelecido com o casamento só era rompido com a anulação, morte de um dos cônjuges, ou com a Declaração da Ausência.¹⁴

Em meu mestrado trabalhei com o século XIX e com um escritor que acreditava que as mulheres poderiam e deveriam ser exemplares em seus lugares de fala: José de Alencar. A base da minha pesquisa foram as mulheres ideais: Diva, Lucíola e Aurélia. Essas mulheres de papel fizeram a minha dissertação, publicada em 2012 pela editora EDUSC.¹⁵

Alencar, ao descrever os “perfis de mulher” utilizando esse cenário urbano para o desenvolvimento da trama, constrói e reforça “uma representação da realidade capaz de vincular a produção artística à realidade nacional, dentro da tradição literária”.¹⁶ Sua obra é fundamental para a compreensão da formação das bases nacionais, que estabelecem e fundamentam vínculos comuns aos brasileiros e às brasileiras, definindo papéis sociais através de símbolos, hábitos e referências construídos ao longo do século XIX.

Na própria concepção e construção das estruturas do poder entre homens e mulheres está a categoria¹⁷ de gênero que sempre esteve presente em todas as minhas pesquisas. Desse modo, ao estudar a dinâmica das relações sociais construídas nos romances a partir de tal conceito, inicio um esboço de análise que compreende as relações de poder entre as identidades generificadas das personagens aqui

¹² NOVAIS, Fernando (dir.). *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, v.3.

¹³ HAHNER, June E. *Emancipação do Sexo Feminino*. A luta pelos direitos da Mulher no Brasil 1850-1940. Florianópolis: Editora das Mulheres/EDUNISC, 2003.

¹⁴ Atualmente, depois da Emenda Constitucional n.9, de 28 de junho de 1977, da Lei 6.515/77, conhecida como Lei do Divórcio e do Código Civil de 2002, este vínculo passou a ser suscetível de dissolução, pois, o divórcio rompe definitivamente o vínculo conjugal. No atual Código Civil todas as disposições relativas ao antigo “Desquite” foram mantidas para a “Separação Judicial”, quando não expressamente modificadas pelas leis posteriores. Por isso as expressões foram substituídas, mas onde se lê “desquite por mútuo consentimento” e “desquite”, deve-se ler Separação Consensual, e onde se lê “desquite litigioso” deve-se ler Separação Judicial. Lei 6.515/77. Art. 39. No capítulo III do Título II do Livro IV do Código de Processo Civil, as expressões “desquite por mútuo consentimento”, “desquite” e “desquite litigioso” são substituídas por “separação consensual” e “separação judicial”. Disponível em: <http://www.direitodefamilia.com.br/Materia.asp?CodMater=19> e www.jurisway.org.br. Acesso em: 26/02/ 2008.

¹⁵ SOARES, Ana Carolina Eiras Coelho. *Moça educada, mulher civilizada, esposa feliz*: Relações de gênero e história em José de Alencar. Bauru: EDUSC, 2012.

¹⁶ LEITE, Miriam Moreira. “Uma construção enviesada: a mulher e o nacionalismo”. *Ciência e Cultura* 42.2, (1990), p. 58.

¹⁷ SCOTT, Joan W. *Gender and the Politics of History*. Revised Edition. New York: Columbia University Press, 1999.

pensadas nas formas pelas quais Lúcia, Diva e Aurélia se relacionam com os demais, estando imbuídas de todo um sistema de representações simbólicas que expressam e interpretam a realidade social da época.

Essa realidade social não é a histórica, ou seja, ela está marcada pela historicidade de seu tempo, portanto, a escrita literária revela-se uma espécie de “testemunho histórico” que relata e recria esse universo de sociabilidades. Dessa forma, quando Alencar escreve sobre o ambiente urbano do Rio de Janeiro do século XIX e os personagens que nele transitam, mesmo partindo de sua percepção pessoal, ele descreve lugares e pessoas que seus leitores conseguem identificar no cotidiano. Ao mesmo tempo, a maneira pela qual esses personagens se relacionam com esses espaços e entre si, faz parte da criação do autor, uma vez que sua preocupação maior estava em educar as leitoras mostrando-lhes qual o comportamento mais apropriado para lidar com tais espaços e indivíduos reais. Portanto, ao analisar um romance como o de José de Alencar a partir da categoria de gênero não podemos tomá-lo por um documento histórico fidedigno das relações entre os sexos, mas sobretudo pensá-lo como parte de um projeto maior que visa à construção de uma identidade nacional para o País.

A categoria de gênero nos mostra que sentimentos e características não são naturais como tenta nos provar a obra de Alencar, muito pelo contrário, **a definição da essência feminina está sempre sujeita às relações entre os sexos que são histórica e socialmente determinadas.**¹⁸ Ela é, portanto, uma categoria relacional e permite uma série de interfaces com outras disciplinas, sendo muitas vezes construções sociais, históricas, políticas e culturais em torno de espaços e saberes construídos para homens e mulheres, criando uma rede simbólica que visa naturalizar as diferenças.¹⁹

Pensar homens e mulheres. Pensar a História do cotidiano como fonte de poder e paixões dos homens e mulheres.²⁰ Fazer a história, a tessitura dos laços e, no saber histórico, construir pontes que são colchas cheias de espaços onde ficarão pedaços para outras indagações, questionamentos e mais pesquisas. Esse é o ofício da história e a beleza do fazer histórico. Eu aprendi com os/as melhores. E sei que é isso que quero fazer todos os dias, porque é mágico, interessante e tão emocionante quanto as aventuras de Indy. É um lugar, um tempo cheio de emoções, cheiros, sensibilidades e fantasias. Mas de pessoas que realmente viveram.

Descortinar arquivos e indagar o passado. E saber que as respostas mudam dependendo das minhas perguntas e de meu olhar e de meu referencial e de minha perspectiva. Lúcia, Morel e Tânia e tantos que são muitos para citar aqui: vocês são as vozes que me guiam sempre que o cansaço bate para novas pesquisas, pois a empolgação de suas aulas me acompanha todos os dias e eu sei que vale a pena seguir adiante!

Este é o objetivo de minha trajetória e de minha formação profissional. A proposta da minha formação é criar um espaço de discussão e debate sobre algumas temáticas centrais dos estudos de gênero a partir do entendimento dos limites sociais, morais, culturais, econômicos e políticos da dimensão de gênero, tais como: geração, orientação sexual, classe social, pertencimento religioso e orientação política.

Os espaços femininos sempre foram meu lugar e minhas fontes de pesquisa e de reivindicação de estudo. Toda a minha formação intelectual teve um espaço privilegiado: a Universidade do Estado do Rio de

¹⁸ SCOTT, JOAN W. *Os usos e abusos do gênero*. Trad. Ana Carolina Eiras Coelho Soares. Projeto História, São Paulo, n. 45, pp. 327-351, Dez. 2012.

¹⁹ LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, História e Educação*. Construção e desconstrução. Em *Educação & Realidade*. Porto Alegre, Jul./dez. 1995.

²⁰ CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano*. Artes de Fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

Janeiro, especificamente o Departamento de História e, posteriormente, a Pós-Graduação em História. Tenho muito orgulho de ser filha dessa casa e de afirmar que em muito ela contribuiu para meu aprimoramento no ofício como historiadora.

Nesse sentido, a UERJ me capacitou para compreender os limites e as abordagens da História e dos estudos de gênero, da História Cultural e Política a partir de uma perspectiva interdisciplinar – História, Psicologia, Sociologia, Educação, Direito, Geografia, Letras entre tantas outras áreas – que compõem um importante instrumento teórico-metodológico para a compreensão de problemáticas e discussões atuais, cujas heranças sócio-político-culturais merecem e devem ser investigadas, compondo assim, o leque de minha herança como filha da casa e, atualmente, como professora universitária em uma instituição federal.